

# cescontexto

**As casas vistas de dentro e de fora**

**Organização**

Carlos Fortuna

Nº 21

Julho, 2018

**Debates**

[www.ces.uc.pt/cescontexto](http://www.ces.uc.pt/cescontexto)



## **Propriedade e Edição/Property and Edition**

Centro de Estudos Sociais/Centre for Social Studies

Laboratório Associado/Associate Laboratory

Universidade de Coimbra/University of Coimbra

**[www.ces.uc.pt](http://www.ces.uc.pt)**

Colégio de S. Jerónimo, Apartado 3087

3000-995 Coimbra - Portugal

E-mail: [cescontexto@ces.uc.pt](mailto:cescontexto@ces.uc.pt)

Tel: +351 239 855573 Fax: +351 239 855589

## **Comissão Editorial/Editorial Board**

Coordenação Geral/General Coordination: Sílvia Portugal

Coordenação Debates/Debates Collection Coordination: Ana Raquel Matos

ISSN 2192-908X

## Índice

Nota de abertura .....	3
<i>Carlos Fortuna</i>	
As casas em dois sentidos .....	4
<i>Madalena Duarte</i>	
Violência dentro das casas .....	8
<i>Sílvia Portugal</i>	
O cuidado em casa e o cuidado da casa .....	16
<i>Carolina Anselmo</i>	
Mudar de casa .....	19
<i>Bruno Franco Alves</i>	
Conexões Público-Privado .....	24
<i>Violeta Rodríguez</i>	
Morar fora de casa: uma experiência de resistência no Bairro da Merced, Centro Histórico da Cidade do México .....	28
<i>Rómulo Oliveira</i>	
Janela de classe e o olhar no olho da casa .....	33
<i>Adelino Gonçalves</i>	
O(s) lado(s) de fora da casa .....	43
<i>José Manuel Mendes</i>	
Os “sem-casa”... e depois? .....	46
<i>Graça Índias Cordeiro</i>	
A rua e a casa, que relação? .....	49
<i>Paulo Peixoto</i>	
A casa despida .....	53

## Violência dentro das Casas

**Madalena Duarte**, Centro de Estudos Sociais e Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra  
m.madalenaduarte@gmail.com

O medo do crime é um problema sociológico ao qual tem vindo a ser dada crescente atenção interdisciplinar. A criminologia feminista do século XX desafiou claramente a total natureza masculina das teorias do crime, chamando a atenção à repetida omissão e deturpação das mulheres na teoria criminológica (Chesney-Lind, 2006). Os alertas feministas focaram-se primeiramente na vitimação de mulheres e no silêncio exercido sobre a mesma. É deste modo que encontramos diversos trabalhos nas áreas da agressão e abuso sexual, e violência nas relações de intimidade (e.g., Buzawa e Buzawa, 1990; Estrich, 1987; Rhode, 1997). Estes trabalhos fizeram emergir a consciência que, comparativamente aos homens, não só estatisticamente as mulheres têm uma maior probabilidade de serem vítimas de um qualquer crime, como também que o próprio medo é genderizado, isto é, as mulheres têm mais receio de serem vítimas de crime (em particular de crimes violentos e crimes sexuais).

Neste breve ensaio procura-se refletir sobre estas questões abordadas pela criminologia feminista com as lentes da sociologia do espaço, conceito de Simmel, nomeadamente abordando as geografias do crime. Como estudo de caso, em jeito de contextualização das pistas reflexivas apresentadas, seleccionou-se a violência nas relações de intimidade.

### Das geografias do crime às geografias do medo das mulheres

As geografias sociais do medo das mulheres (Pain, 1997; Hille, 1999) constituem um campo ainda parcamente estudado no âmbito das criminologias e relativamente negligenciado para os feminismos que trabalham sobre a violência exercida contra mulheres nas relações de intimidade. Entre outras razões, tal deve-se ao enfoque dessas geografias no espaço público. Obviamente que, ainda assim, as pistas dadas por essa literatura são de enorme relevância, denotando o modo como há uma “expressão espacial do patriarcado” (Valentine, 1989) que remete as mulheres para papéis e lugares estereotipados, e que, no que concerne ao medo, influenciam a perceção das mulheres<sup>1</sup> quanto aos riscos que correm, ao modo como se devem proteger, e, portanto, persuadem a sua experiência do medo. A título de exemplo, refira-se a acrescida insegurança que sentem em bairros conhecidos por um significativo índice de criminalidade, ruas escuras ou desertas, zonas onde há uma grande concentração de homens e uma quase total ausência de mulheres e nos espaços públicos durante a noite.

Supõe-se, conseqüentemente, que a perceção social do medo seja dirimida quando estas mulheres chegam a casa, ao seu espaço privado, um local tido como seguro. Contudo, para muitas mulheres, as suas casas, com o ideal romântico da privacidade, podem ser mais

---

<sup>1</sup> Independentemente de as mulheres de classes sociais mais baixas tenderem, em geral, a sofrer mais violência, numa intersecção entre classe social e género, como Crenshaw (1991) argumenta, também teremos de ter em consideração que as experiências de medo vivenciadas por mulheres pobres e a sua capacidade de lidar com tais situações poderão ser diferentes daquelas das mulheres com mais recursos e redes sociais mais influentes. Outras variáveis podem ainda ser consideradas, como nacionalidade, etnia, religião, etc..

perigosas do que qualquer espaço público. A violência contra as mulheres nas relações de intimidade é paradigmática destas ténues fronteiras entre o público e o privado.

## **A violência nas relações de intimidade: os muros do espaço privado**

A distinção habermasiana entre esfera pública e esfera privada – para vários autores (e.g. Bobbio, 1992: 13) marcante dos vários processos da organização das sociedades na modernidade ocidental –, consiste em considerar "o privado" como uma ou várias esferas da vida social nas quais a intrusão ou interferência, sobretudo estatais, em relação à liberdade requerem uma justificação especial (aqui falamos essencialmente da família); e "o público" como uma esfera geralmente ou justificadamente mais acessível e, por isso, de fácil intervenção. Muitos teóricos políticos, nomeadamente os "contratualistas," assumiram estas duas esferas como separadas e operando segundo princípios diferenciados. Ao fazê-lo, estes "teóricos elaboram argumentos explícitos sobre a família, e alguns relacionados à natureza da mulher" (Olkin, 2008: 308).

A sociedade civil moderna, já distinta da concebida por Locke ou Rousseau, não é estruturada pelo parentesco nem pelo poder do paternalismo; no mundo moderno, as mulheres são subordinadas aos homens por serem mulheres. A passagem das famílias paternas para as famílias conjugais modernas pressupõe que se considerasse necessariamente o contrato de casamento como parte integrante do contrato original (Pateman, 1988). Deste modo, no espaço doméstico a forma institucional privilegiada é o casamento e a família e as diferenças sexuais e geracionais são as mais prementes. Como nos elucida Anália Torres, elaborando uma análise a partir da perspetiva durkhemiana de família, o casamento implica uma ideia de autonomia e de uma subdivisão tácita do direito à privacidade entre aquilo que é a preservação da intimidade, do pudor, da vergonha, e a necessidade de proteção dos mais frágeis, usando a expressão da autora (Torres, 2001: 15).

Ora, como elucida a análise histórico-jurídica de Reva Siegel (1996), a perda de legitimidade do direito a bater na mulher, dominante até ao século XIX, foi substituída progressivamente precisamente pela afirmação do direito à privacidade, emergindo a intimidade afetiva como uma retórica adequada para legitimar a impunidade da violência nos tempos modernos. Predominava a *rule of love*:

Estes juristas (...) abandonaram a ideia de hierarquia e começaram a usar a ideia de interioridade para descrever a relação de casamento (...) invocando os sentimentos e espaços de domesticidade. Depois de traduzido de uma linguagem antiquada para uma linguagem mais contemporânea de género, a justificação do Estado para o tratamento diferenciado da violência doméstica de outros tipos de abusos pareceu razoável (...). (Siegel, 1996: 2120)

Os argumentos de harmonia familiar e proteção de sentimentos, abrigados sob o chapéu do direito à privacidade, subsistiram ao longo da história como justificação para a ausência de uma intervenção protetora das mulheres por parte do Estado contra a violência doméstica, contra a violação no casamento, ao mesmo tempo que não se reconhecia mais ao homem o direito de exercer tal violência (Siegel, 1996; Schneider, 2002).

Deste modo, talvez um dos mais importantes aspetos da crítica feita pelo feminismo radical assente na reconstrução da teoria política e, necessariamente, numa problematização desta dicotomia. Como referiu Pateman, "a separação e a oposição entre as esferas pública e privada na teoria e na prática liberal [...] é, em última análise, aquilo a que se refere o movimento feminista" (1983: 281). Assim, numa tentativa de politizar o pessoal, as feministas, sobretudo radicais, procuraram demonstrar que o poder e as práticas políticas e económicas estão estritamente relacionados com as estruturas e práticas da esfera doméstica e

que, conseqüentemente, a injustiça das leis existentes se deve a uma estrutura omnipresente da dominação masculina – patriarcado - que começa no espaço privado e se expande para a esfera pública e instituições políticas. A bandeira feminista "o pessoal é político"<sup>2</sup> surge historicamente, entre outras reivindicações, para proteger as mulheres da impunidade da violência sofrida pelos homens no espaço privado.

### **“Lar, doce lar”: espaços de violência dentro de casa**

Na língua inglesa distingue-se *house* e *home*, palavras que em português corresponderiam a casa e lar. Se bem que casa pode remeter para uma construção material e lar para uma construção simbólica, erigida por princípios e valores (conceito que tem raízes sólidas no Estado Novo, inclusive na letra da lei), ambas são usualmente usadas como sinónimos. Mas, efetivamente, lar, tal como home, são realidades mais idealizadas. Na verdade, e utilizando algo da poética do espaço interior de Bachelard (1974), o lar (embora o autor se refira a casa) é um espaço prenhe de representações simbólicas, no qual se pretende refletir uma identidade (seja como indivíduos isolados, seja como casal ou família mais alargada) que provoque sentimentos no presente, evoque experiências passadas, construindo memórias afetivas, e crie expectativas futuras:

A casa, além de proteção, é essencialmente lugar de devaneio e cada lugarzinho é um universo inteiro de intimidades, segredos. Pois todo o espaço é espaço vivido. E o vivido contém os nossos dramas reais, mas principalmente o imaginário. A casa é sempre sonhada, é um estado de alma. Desse modo, a casa deve ser considerada não como um lugar, mas como uma alegoria do sujeito. A casa é a própria pessoa. (Couto, 2010: 209)

Mas se Bachelard olha para os espaços interiores quase exclusivamente como espaços felizes, a violência doméstica (num sentido mais abrangente, incluindo abusos sobre pessoas idosas ou crianças) ou nas relações de intimidade, torna evidente que estes também podem tornar-se espaços hostis e “interiorizar”/ “domesticizar” as geografias do medo. Por isso, quando surgem casos de violência no lar, a sua imagem romanticizada fica abalada no imaginário individual, mas também coletivo, enquanto representação social.

De forma a melhor ilustrar este ponto, optei por recorrer a excertos de entrevistas<sup>3</sup> realizadas com mulheres vítimas de violência numa relação de intimidade, procurando encontrar ligações entre os espaços, a violência sofrida, mas também as estratégias de negociação, resistência e sobrevivência desenvolvidas nesses mesmos espaços.

Nas narrativas de algumas mulheres encontramos determinados lugares interiores e/ou sons, associados à chegada quotidiana do agressor e, portanto, à instalação de uma rotina no tempo e no espaço do medo:

A nossa casa tinha dois andares e os quartos, os nossos e os dos dois rapazes, eram na parte de cima, e eu lembro-me sempre que, quando chegava às dez, onze da noite – porque ele a dada altura já nem durante a semana jantava em casa – já estávamos nós nos quartos. Eles com as portas trancadas. Eu não podia trancar a minha porque o quarto também era dele, e quando o sentíamos a subir as escadas... era como se

<sup>2</sup> Este slogan tem correspondência com "o económico é político" enquanto afirmação central ao desafio que a esquerda coloca ao liberalismo.

<sup>3</sup> As entrevistas foram feitas no âmbito da tese de doutoramento por mim realizada, “Por um direito sem margens: o papel do direito na violência contra as mulheres”, e do projeto “Trajetórias de Esperança: itinerários institucionais de mulheres vítimas de violência doméstica”, ambos financiados pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia. As entrevistas, com duração média aproximada entre três e quatro horas, foram realizadas entre Janeiro de 2008 e Dezembro de 2011, a mulheres com idades, nacionalidades, classe social e origem geográfica diferenciadas. Os nomes destas mulheres são fictícios.

fosse um ladrão. Se calhar, digo-lhe sinceramente, tinha menos medo se fosse um ladrão. Ele fazia barulho a subir as escadas de propósito para nos aterrorizar. (Francisca, 61 anos)

Noutros discursos, é possível verificar uma imagem distorcida de alguns espaços onde, para algumas mulheres, a violência sofrida foi, por razões que são suas, mais dolorosa e marcada nos seus discursos. O quarto, espaço de intimidade por excelência do casal, é o lugar da casa mais evidenciado:

Como tive os dois abortos, acabei por não ter filhos, não me apeguei a nada daquela casa e não quis voltar para lá. Quis esquecer a raiva, a ele, tudo. (...) Onde eu sofri mais foi no nosso quarto que é onde o casal supostamente deve ser mais feliz, não é? É o único espaço mais, digamos assim, dos dois. Mas aquilo... Ele dizia que eu não prestava para nada, “Tu és uma porcaria, tu nem te sabes arranjar, até tenho nojo de ti”. Ele dizia muitas vezes que tinha nojo de mim. E pronto, era um viver muito mau. Ele chegava a casa nem “bom dia”, nem “boa tarde”, nem um beijo. Nada. Eu dizia que ele não gostava de mim. Mesmo no relacionamento íntimo eu via que ele também não gostava de mim. Eu cheguei a fazer coisas, tudo por tudo, que nunca tinha feito na minha vida ... comprar lingerie daquelas, pronto, que qualquer homem gosta e ele: tu não prestas. E eu senti-me muito deprimida. [...] Por isso psicologicamente ... era ao ponto de me dizer “Tu metes-me nojo dos pés à cabeça! Tu és um monstro. Tu és uma nojenta. Tu és uma porcaria.” – tudo assim do pior mesmo! (Joana, 44 anos)

Já éramos casados [...] ele saía com os amigos, ia para discotecas e eu ficava sozinha durante a noite com o meu menino. E a minha mãe dizia-me que aquilo não era vida, um homem casado até às tantas da noite... A minha mãe dizia-me, mas eu defendia-o e dizia que tinha ido sair com os amigos, mas eu dizia-lhe a ele que não era justo, que eu também era nova e também gostava de sair e de conviver. E ele dizia-me que eu era gorda e que tinha de ficar em casa, que em casa era o meu lugar. E eu ficava ali, no quarto, toda a noite, sozinha. Todas as noites. (Alice, 53 anos)

Ele quando tinha aquelas venetas dele, ele espadeirava cadeira, sofás, rebentava com as portas, não me deixava dormir, beliscava-me toda para eu não dormir, nem me deixava descansar a mim nem deixava descansar os filhos. (...) Deixámos de dormir no quarto, os meninos eram pequeninos ainda, porque de noite ninguém parava, e o nosso sítio de dormir era na sala, quando ele ia de manhã para a fábrica. (Ana, 26 anos)

Obviamente que o quarto foi, nas histórias de algumas mulheres entrevistadas, lugar também de violência sexual. Mas a impossibilidade do quarto do casal enquanto lugar de construção de uma intimidade previsível parece surgir como uma violência *per se*.

Noutras entrevistas foram perceptíveis as múltiplas estratégias desenvolvidas pelas mulheres, quer de sobrevivência, quer de escape à violência (que, não raras vezes, tinha de ser planeado). Rotinas relacionadas com espaços que tiveram de ser alteradas, como vimos no caso de Ana, que passou a dormir na sala, mas também objetos que passaram a ser escondidos, salas esvaziadas, casas silenciadas para não incomodar o agressor ou alertar a vizinhança:

Eu fui casada durante 14 anos e nesse tempo fui sempre vítima de violência doméstica, até que cheguei a um ponto que já não aguentei mais. No namoro as coisas correram bem, depois no casamento é que as coisas se complicaram. Casei com 16 anos, eu estava cega. Ele era mais velho do que eu cinco anos. Eu sempre me gostei de arranjar para ele, pôr-me bonita, sabe? E lá me pintava na casa de banho. Ao início, ele gostava. Depois, começou a ficar com ciúmes. Um dia, íamos sair, ele entra pela casa banho, estava eu a pentear-me... Estava grávida de 6 meses, a minha cara ficou... a menina sabe o que é um bicho? A cara toda inchada, toda cheia de hematomas, nem conseguia abrir os olhos, eles tiraram-me fotos, eu quando vi uma foto de como estava até me assustei com a cara que tinha... O procurador mostrou-me essa foto e eu disse: “credo, eu sou um bicho”, estava horrorosa. Quando cheguei a casa a primeira coisa que eu fiz foi tirar o espelho da casa de banho. Até de lá sair, nunca mais teve espelho aquela casa de banho. (Maria, 44 anos)

Quando arrendámos a nossa casa, decorei-a com muito gosto e, se calhar é um defeito meu, mas eu tinha muita coisa, muita quinquilharia como se diz, sobretudo na sala, mas na cozinha também, também coisas

que me foram dando. Antes de me começar a bater a mim, houve um tempo que ele partia as coisas que eu mais gostava. [...] Depois, batia-me, maltratava-me, batia-me com todos os objetos que vinham à mão, candeeiro, cadeiras, estragou um rádio que me atirou, mas bateu na porta, tudo o que houvesse, mas ele batia-me com o objetivo de me matar. Comecei a tirar tudo de lá. A sala já só tinha a televisão, os sofás e pouco mais. (Dora, 37 anos)

Isso ele nunca fez [bater]. A violência que ele exerceu sobre mim foi sempre psicológica e começou quando fui promovida no emprego. [...] Há coisas que tiveram de mudar até nos divorciarmos. Eu exigi que ele não dormisse no meu quarto (veja que estou a dizer meu e não nosso) e eu deixei de tomar pequeno almoço sentada na cozinha, mas em pé e de frente para a porta. Porque ele, mais do que uma vez, antes de eu sair para o trabalho, quando sabia que tinha alguma reunião, veio por trás de mim e rebentou um pacote de leite e cima de mim ou despejou café para eu chegar atrasada. (Catarina, 42 anos)

Os casos de violência relatados por estas e outras mulheres revelam que da violência sofrida dentro de casa emergem, pelo menos, duas contingências: ou quem sofre violência constrói um processo de rutura com a casa enquanto sua alegoria (e, não seguem na esteira de Borges quando inicia o seu poema “A Elegia da lembrança impossível”, ao dizer “o que não daria eu pela memória”); ou sabe que tem de sair daquela casa para escapar à violência que lhe é infligida.

## Geografias da Violência Doméstica

Alguns autores e autoras falam-nos de Geografias da Violência Doméstica (e.g. Warrington, 2002) para explicar que muitas mulheres que fogem de suas casas (ou cuja única solução institucional que lhes é oferecida é a saída das suas casas) para escapar a uma situação de violência, acabam por ir para espaços onde continuam a viver de modo muito restritivo. Tal pode dever-se, é certo, à proximidade ameaçadora do agressor – que impossibilita que fiquem junto daquelas pessoas que lhes são mais próximas –; e do papel das “terceiras partes” para recuperar aqui o conceito de Renate Klein (1998), como família, vizinhos/as, amigos/as ou colegas de trabalho, que podem incentivar ou constranger a denúncia, e no apoio dado, ou não, durante a sua trajetória de escape. Mas prende-se, igualmente, com os espaços institucionais – chamados Casas Abrigo – que são disponibilizados a essas mulheres e que deveriam ser, por princípio, o último reduto para uma vítima de violência doméstica (como indica o Esquema 1).

Esquema 1



Não cabe aqui falar dos vários problemas inerentes a esses espaços institucionais (e aos das organizações governamentais e não governamentais com os quais se articulam) e que devem ser discutidos em termos de políticas públicas (ver Santos et al, 2012). Apenas sublinhar que estes são, compreensivelmente, espaços estranhos a estas mulheres, na sua dimensão física, mas também simbólica. Espaços que se apresentam com regras, com pessoas que não fazem parte do seu círculo íntimo, com hierarquias, sem memórias, com um presente receoso e com um futuro incerto. As entrevistas de mulheres que passaram por estes espaços mostram testemunhos muito diversos e várias passaram, ao longo da sua trajetória de escape à violência, por mais do que uma casa abrigo. Refira-se a título de exemplo duas experiências significativamente distintas:

Não, tenho um quarto só para mim. Onde estamos tem um quarto por família, se for uma mãe com 3 filhos é um quarto para a mãe para os 3 filhos, para mim também, estou só eu. Ainda bem que tenho um quarto só para mim, quando posso fechar a porta e pensar: “estou no meu quarto, estou sozinha”, dá para desligar um bocadinho. (Paula, 41 anos)

Quando entrei, até me assustei com as condições (...). Parecia uma vivenda com dois pisos, uma casa de banho para cada andar, 4 quartos em cima, em cada quarto duas camas para duas famílias. Eu estive num quarto com duas crianças e do meu lado, outra senhora com duas crianças. Uma casa de banho para 4 quartos, 7 ou 8 famílias para essa casa de banho. Estive aí 2 meses, graças a deus saí de lá. (...) Lá era assim: às 6 horas tinha de acordar para tomar banho, como era só uma casa de banho, imagina todos... Depois, a cozinha era numa garagem grande. Não deixavam ficar no quarto, no quarto era só a partir das 10 horas da noite para dormir, com as luzes apagadas e pronto. Não podíamos estar no quarto durante o dia, nem quando as crianças estavam doentes, nem nada. No inverno era frio. Naquela cozinha, naquela garagem, pingava, cheirava horrivelmente; sentadas lá no sofá sem fazer nada, pingava em cima de nós, em cima da comida, tudo molhado... (Susana, 33 anos)

A identificação de experiências tão diferentes, não obstante a existência de um regulamento nacional destes espaços, merece considerações em termos do foco em que incide este ensaio.

As mulheres continuam a ser objeto de um poder patriarcal pré-moderno, usando o termo de Foucault, ao serem vítimas de violência por parte dos homens e, apesar de atualmente já poderem recorrer a instâncias soberanas (e.g. polícias e tribunais) e espaços de acolhimento (casas-abrigo) para obter proteção e justiça, não raras vezes acabam por ser revitimadas. Mas este poder pré-moderno caminha em paralelo com uma modernização do poder, muito próxima daquela que também Foucault nos oferece; isto é, o poder violento, pessoal e visível do patriarcado tem sido progressivamente acompanhado (o autor diria substituído) pelo mais anónimo, invisível e, num certo sentido, compreensível poder disciplinar das instituições e suas práticas. Numa lógica institucional pouco flexível, e por agora exclusivamente numa perspetiva da sociologia do espaço, a casa-lar que se torna palco de memórias de violência física, psicológica, sexual, verbal, pode não estar muito distante da casa-abrigo que promove a violência-institucional. Neste sentido, será de refletir, se no âmbito da violência doméstica, a violência dentro das casas encontra eco numa adaptação do *great carceral continuum* de Foucault (2013).

## Referências bibliográficas

- Bachelard, Gaston (2008), *A Poética do Espaço*. [2ª Edição] São Paulo: Martins Fontes.
- Bobbio, Norberto (1992), *A Era dos Direitos*. Brasil: Editora Campos.
- Buzawa, Eve S.; Buzawa, Carl G. (1990), *Domestic Violence. The Criminal Justice Response*. Newbury Park, CA: Sage.
- Chesney-Lind, Meda (2006), “Patriarchy, Crime, and Justice: Feminist Criminology in an Era of Backlash”, *Feminist Criminology*, 1(1), 6-26.
- Couto, Edvaldo Sousa (2010), “Fisiognomias do interiúr: aproximações entre Benjamin e Bachelard”, in Sant’Anna, Catarina (org.), *Para ler Gaston Bachelard*. Salvador: EDUFBA 199-214.
- Crenshaw, Kimberlé W. (1991), “Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence against Women of Color”, *Stanford Law Review*, 43(6), 1241–1299.
- Estrich, Susan (1987), *Real Rape*. Cambridge: Harvard University Press.
- Foucault, Michel (2013), *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. Lisboa: Edições 70.
- Hille, Koskela (2016), ““gendered exclusions’: women's fear of violence and changing relations to space”, *Geografiska Annaler: Series B, Human Geography*, 81:2, 111-124.
- Klein, Renate (org.) (1998), *Multidisciplinary Perspectives on Family Violence*. London: Routledge, 176-191.
- Okin, Susan (1989), *Justice, gender and the family*. Princeton: Basic Books.
- Okin, Susan (2008), “Gênero, o público e o privado”, *Revista Estudos Feministas*, 16(2), 305-332.
- Pain, Rachel H. (1997), “Social Geographies of Women's Fear of Crime”, *Transactions of the Institute of British Geographers*, 22 (2), 231-244.
- Pateman, Carole (1988), *The Sexual Contract*. Oxford: Basil Blackwell Ltd.
- Pateman, Carole (1983) "Feminist Critiques of the Public/Private Dichotomy", in Benn, Stanley I.; Gaus, Gerald F. (eds.), *Public and Private in Social Life*. London: Croom Helm. 304-305.
- Rhode, Deborah (1997) *Speaking of Sex: the denial of gender inequality*. Cambridge, MA: Harvard University Press.

Santos, Boaventura de Sousa; Duarte, Madalena; Oliveira, Ana; Santos, Cecília; Dias, João Paulo (2012), *Trajetórias de Esperança: itinerários institucionais de mulheres em situação de violência doméstica*. Coimbra: CES.

Schneider, Elizabeth (2002), *Battered women and feminist lawmaking*. New Haven, Conn: Yale University Press.

Siegel, Reva B. (1996), "The Rule of Love: Wife Beating as Prerogative and Privacy", *Faculty Scholarship Series. Paper 1092*, disponível em [http://digitalcommons.law.yale.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=2092&context=fss\\_papers](http://digitalcommons.law.yale.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=2092&context=fss_papers).

Torres, Anália (2001), *Sociologia do Casamento. A família e a questão feminina*. Oeiras: Celta Editora.

Valentine, Gill (1989) "The Geography of Women's Fear", *Area*, 21(4), 385-390.

Warrington, Molly (2001), "'I must get out': the geographies of domestic violence", *Transactions*, 26, 365-382.



Centro de Estudos Sociais  
Laboratório Associado  
Universidade de Coimbra

A Cescontexto é uma publicação online de resultados de investigação e de eventos científicos realizados pelo Centro de Estudos Sociais (CES) ou em que o CES foi parceiro. A Cescontexto tem duas linhas de edição com orientações distintas: a linha "**Estudos**", que se destina à publicação de relatórios de investigação e a linha "**Debates**", orientada para a memória escrita de eventos.

## CES

Colégio de S. Jerónimo  
Apartado 3087  
3001-401 Coimbra, Portugal  
T. +351 239 855 570  
F. +351 239 855 589  
[www.ces.uc.pt](http://www.ces.uc.pt)  
[ces@ces.uc.pt](mailto:ces@ces.uc.pt)

## CES - Lisboa

Picoas Plaza  
Rua do Viriato, 13  
Lj 117/118  
1050-227 Lisboa, Portugal  
T. +351 216 012 848  
F. +351 216 012 847  
[www.ces.uc.pt/ces-lisboa](http://www.ces.uc.pt/ces-lisboa)  
[ceslx@ces.uc.pt](mailto:ceslx@ces.uc.pt)

